

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 1997, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, AV. AFONSO PENA, 2336, 14º. ANDAR - BELO HORIZONTE.

Aos vinte e seis dias do mês de março de mil, novecentos e noventa e sete, realizou-se a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 14:50 horas, já com a existência de quórum, a Secretária Geral do Conselho, Carminha Bomtempo, inicia a reunião anunciando a seguinte pauta: 1- Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde; 2 - Informes. Foi proposta a inversão da pauta, acatada pela mesa. Carminha, começa passando os informes da mesa. Informa que justificaram a ausência da presente reunião os conselheiros, Luiz Eduardo, Magaly, Paulo Fernandes e André Quintão. Passa informe sobre caravana que deverá ir à Brasília, na manifestação que será realizada no dia 16/04/97. Diz que ficou definido que serão três conselheiros por distrito, sendo um do Conselho Distrital e dois de Comissões Locais e dezenove conselheiros municipais. Faz proposta de que os conselheiros que queiram ir na caravana se candidatem. Se candidataram os conselheiros Eduardo, Onorival, Antônio Gomes, Maria Josefina e Antônio Francisco. Carminha propõe e o plenário acata, que eles sejam eleitos coordenadores da caravana. Informa que no dia 03/04 seria a data da reunião ordinária, mas devido às duas reuniões extraordinárias do mês de março e o ato público do dia 07/04, a mesa está propondo que a reunião de abril só se realize no dia 24. Havendo discordância do plenário com a data proposta, a reunião ficou marcada para o dia 10/04. Carminha, faz a leitura das propostas de pauta para a reunião de abril, informando que a mesa já definiu que um ponto incluído na pauta será: Saúde do Trabalhador. As demais demandas são: urgência/emergência (fluxo do atendimento); - Central de Leitos e Central de Marcação de Consultas; - Convênio com o Hospital das Clínicas; - Edital de contratação de serviços de assistência; - Rede Sarah. Questionada sobre a não inclusão do debate sobre a anemia falciforme, a Secretária Geral, esclarece que este debate não foi incluído como proposta de pauta porque não foi solicitada sua inclusão na pauta e sim que o Conselho realizasse um debate. Carminha consulta o plenário sobre se há mais propostas e o conselheiro Eduardo, propõe a inclusão das eleições para gerentes. A Secretária Geral, solicita ao Secretário Municipal de Saúde e Presidente do Conselho, Dr. Athos de Carvalho, que esclareça a proposta da Secretaria para encaminhamento da questão referente às Centrais de Leitos e Marcação de Consultas. Esclarecendo, Dr. Athos, coloca que na última reunião da mesa diretora foram propostos estes temas para a reunião ordinária de abril, mas como a Secretaria está vendo a necessidade de reestudar estas centrais, para isso sendo necessário ouvir os prestadores públicos e privados, seu entendimento é de que não havia tempo hábil para pautar essa discussão levantando os problemas e apresentando alternativas. Carminha, coloca que essa discussão fica já prevista para a pauta da reunião de maio e sugere que

42 dentre as propostas lidas para completar a pauta de abril, sejam feitas defesas. O
43 conselheiro Eduardo, defende a proposta de inclusão do tema: Eleições diretas para
44 Gerentes, falando que essa discussão vem graçando na rede de forma desqualificada o
45 que, no seu entendimento, obriga a que o Conselho faça uma discussão política do
46 assunto, no sentido de decidir definitivamente se a deliberação da V Conferência
47 Municipal de Saúde sobre essa questão deverá ser, ou não, encaminhada. Defende que
48 essa definição é necessária no sentido de dar tranqüilidade e respaldo à Câmara Técnica
49 de Recursos Humanos para continuar encaminhando as eleições ou suspender o
50 encaminhamento e aguardar a próxima Conferência. A conselheira Rosalina, fala que
51 não irá defender a inclusão da rede Sarah, por considerar o tempo muito curto, mas diz
52 ser fundamental incluir esse assunto em alguma próxima reunião, já que só não foi ainda
53 discutido por se estar aguardando resposta do Conselho Estadual de fazer uma discussão
54 conjunta. Não havendo mais defesa de propostas ficou definido que a pauta da reunião
55 de abril terá, além dos informes e aprovação de atas anteriores, os temas - Saúde do
56 Trabalhador e Eleições diretas para Gerentes de Unidades de Saúde. Carminha, lê
57 convite do COSEMS (Colegiado de Secretários Municipais de Saúde) para o Seminário
58 macro-regional que será realizado nos dias 01 e 02/04/97, no qual o representante do
59 Conselho Municipal de Saúde participará da mesa. Sugere que o Secretário Municipal
60 de Saúde represente o Conselho na qualidade de seu presidente. Dr. Athos, esclarece
61 que comparecerá como Secretário e será o anfitrião, já estando como tal com assento à
62 mesa. No seu entendimento, o COSEMS, numa deferência convidou o Conselho e
63 propõe que outro conselheiro seja escolhido para participar da mesa. Foi definido que a
64 Secretária Geral do Conselho Municipal de Saúde, Carminha Bomtempo, representará o
65 Conselho no evento. A seguir, Carminha, lê documento encaminhado pelo prefeito
66 Célio de Castro, em que comunica que determinou a criação de Comissão composta
67 pelos secretários municipais da saúde, fazenda, planejamento e governo, além do
68 Procurador Geral do Município e do diretor de recursos humanos da Prefeitura de Belo
69 Horizonte para tratar dos seguintes assuntos: 1 - elaborar proposta de quitação do PRÓ-
70 SUS vencido; 2 - propor o estudo da reestruturação do PRÓ-SUS, 3 - realizar o acerto
71 das contas relativas às remessas da Prefeitura de Belo Horizonte para o Fundo
72 Municipal de Saúde. No documento o prefeito coloca que a Comissão está autorizada a
73 convidar membros do Conselho Municipal de Saúde para estabelecer o dialogo na
74 formulação das referidas propostas. Carminha, questiona o fato de o que foi comunicado
75 pelo Prefeito não corresponder ao que foi prometido na audiência ocorrida no dia 03/03
76 quando, segundo diz, o Prefeito concordou que o Conselho fizesse parte como
77 integrante da Comissão e não que fosse convidado da forma colocada no documento.
78 Propõe que seja encaminhado Ofício ao Prefeito, reivindicando que a participação do
79 Conselho seja a que ficou acertada na audiência. A conselheira, Maria Josefina, passa
80 informe sobre a situação do Itamaraty, onde vêm ocorrendo agressões aos funcionários
81 e reitera ao Secretário o pedido de providências já solicitadas em carta entregue na
82 reunião anterior. Fala também sobre a ANAV(Associação Nacional de Amparo à Vida)
83 entidade que cuida de pacientes de AIDS e ocupa imóvel cujo aluguel é pago pela

84 prefeitura na Pampulha e vem enfrentando problemas e a proposta é de que a Secretaria
85 compre o imóvel. Pede que a mesa diretora discuta a situação da ANAV e convoque as
86 pessoas envolvidas com a questão. Carminha, informa que para a presente reunião o
87 Conselho contou com equipamento de som emprestado pelo SINTSPREV-MG e
88 solicita ao diretor administrativo da Secretaria, Dr. Helvécio Magalhães, que seja
89 agilizada a instalação de equipamento de som no auditório. Anuncia as presenças dos
90 vereadores Paulo Augusto dos Santos (Paulão), Rogério Corrêa e Alexandre Gomes,
91 que é também conselheiro suplente. O senhor Evaristo Garcia, informa sobre proposta
92 que será encaminhada ao Congresso Nacional, pelo vereador Paulão, com assinatura de
93 outros vinte vereadores no sentido de que seja criada uma CPI (Comissão Parlamentar
94 de Inquérito) sobre a dívida pública. Na seqüência, passou-se ao 2º ponto da pauta:
95 Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde. Carminha, faz referência à
96 reunião anterior, quando o diretor de recursos humanos da Prefeitura, Fernando Alves,
97 ficou de convocar os secretários de planejamento e fazenda para comparecerem à
98 presente reunião. Informa que, na sexta feira, o Dr. Fernando, confirmou a presença do
99 Secretário Municipal de Planejamento, Maurício Borges, quando então decidiu-se
100 convocar o Conselho. Pergunta ao Dr. Athos, se tem alguma informação sobre a
101 presença do Secretário de Planejamento. Dr. Athos, coloca que o Ofício do Prefeito veio
102 no sentido de propor que antes de os secretários virem ao plenário do Conselho, a
103 Comissão formada levantasse todos os dados para posteriormente, já com propostas
104 sobre as questões que o Conselho levantou, eles compareçam. Carminha, propõe que o
105 diretor financeiro da Secretaria, Maurício Albino, faça a apresentação das contas,
106 mesmo não contando com a presença dos secretários. Com a utilização de transparência,
107 Maurício Albino, inicia a apresentação das contas, esclarecendo que o relatório é
108 referente a todo o ano de 1996 e a forma de apresentação dividida em receita, despesa,
109 relação receita x despesa e serviços pagos. O 1º quadro refere-se a arrecadação por
110 fonte, levantamento analítico completo, mês a mês, dos recursos recebidos da União,
111 estado e prefeitura. O senhor Geraldo Magno, solicita esclarecimentos sobre os valores
112 recebidos do município em relação aos recibos da União. Maurício, esclarece,
113 acrescentando que existem recursos gastos pela Prefeitura com saúde que não são
114 recolhidos ao Fundo Municipal de Saúde. O 2º quadro, refere-se à receita arrecada em
115 regime de caixa, por fonte. Maurício, esclarece que esse quadro é um relatório sintético
116 do primeiro. Maurício, explica a diferença entre regime de caixa e regime de
117 competência. O 3º quadro, é a representação gráfica dos quadros anteriores. O 4º
118 quadro, é um demonstrativo das despesas realizadas com a saúde pela Prefeitura de Belo
119 Horizonte. O 5º quadro, é um gráfico que demonstra os gastos do tesouro municipal
120 com a saúde. O 6º quadro, apresenta a variação dos recursos aplicados pela Prefeitura de
121 Belo Horizonte em Saúde de Janeiro/95 à Dezembro/96, correspondendo ao período de
122 24 meses previsto no Decreto Nº 8763, de Maio/96. O 7º quadro, refere-se às despesas
123 do Fundo Municipal de Saúde, detalhadas conforme a Resolução Nº 011/96 do
124 Conselho Municipal de Saúde. O 8º quadro, é a síntese do anterior e traz as despesas
125 realizadas pelo fundo em regime contábil. O 9º quadro traz a relação entre a receita e a

126 despesa. No 10º quadro, os mesmos valores são demonstrados graficamente. O 11º
127 quadro, traz a movimentação financeira dos recursos do Fundo Municipal de Saúde. O
128 12º quadro, demonstra os serviços prestados pela rede federal, estadual, privada e
129 filantrópica e os valores pagos por estes serviços. O conselheiro Eduardo, pergunta onde
130 se situa a saída dos recursos gastos com o PRÓ-SUS, que, segundo argumenta, não
131 sendo salário, deveria constar em separado. Diz que também não consegue perceber a
132 destinação dada aos recursos que seriam gastos no segundo pagamento do PRÓ-SUS e
133 que não foi efetuado. Maurício, esclarece a diferença entre a dotação orçamentária e a
134 realização financeira e diz que o que está sendo apresentado é o que foi efetivamente
135 realizado pela Secretaria. Acrescenta que para responder à questão levantada teria que
136 ter relatório de projetos que foram aprovados e dos que foram executados. O
137 conselheiro José Bonifácio, pergunta sobre se os projetos aprovados no Conselho para
138 serem executados com recursos em torno de R\$ 40 milhões acumulados no fundo até o
139 início de 1996, foram efetivamente executados e se não foram, como o dinheiro foi
140 gasto sem consulta ao Conselho. Maurício, volta a esclarecer que o relatório é financeiro
141 e não detalha projetos. Cita o exemplo da contratação de pessoal terceirizado prevista na
142 relação dos projetos aprovados e executada, mas não incluída no relatório financeiro
143 com essa denominação. O último quadro apresentado, refere-se aos pagamentos da
144 semiplena. Aberta a palavra para esclarecimentos, o conselheiro Eduardo, pede
145 esclarecimento sobre se no relatório de despesas da Prefeitura de Belo Horizonte com o
146 programa saúde referente ao período 95/96 estão incluídos os recursos que entraram
147 pelo caixa do Fundo Municipal de Saúde. Antes de ser respondida a questão, Dr. Athos,
148 pede licença para se retirar por ter compromisso assumido anteriormente à marcação
149 desta reunião extraordinária e coloca que poderão prestar maiores esclarecimentos em
150 nome da Secretaria o Dr. Helvécio Magalhães, diretor administrativo e Dr.^a Sônia
151 Gesteira, diretora de ações assistenciais da Secretaria. Voltando ao assunto em pauta,
152 Maurício Albino, fala da dificuldade em responder ao tipo de indagação formulada sem
153 que a mesma tenha sido antes dirigida à Câmara Técnica de Financiamento, Controle e
154 Avaliação em cujas reuniões as dúvidas podem ser esclarecidas fazendo-se todos os
155 cálculos necessários. Instado a prestar o esclarecimento solicitado, explica os recursos
156 gastos com a saúde e função saúde. A conselheira Rosalina, questiona sobre o fato de,
157 segundo diz, os relatórios serem em um momento sobre receita do fundo e em outro
158 momento, despesa da prefeitura e pergunta de quanto foi em 1996, a arrecadação da
159 prefeitura. Informada de que o valor é de R\$ 551 milhões, pede esclarecimentos sobre o
160 fato dos repasses do tesouro ao fundo serem de R\$ 25 milhões e as despesas da
161 Prefeitura de Belo Horizonte com saúde serem de R\$ 45 milhões. Maurício presta os
162 esclarecimentos, e acrescenta que a partir de maio a forma contábil mudou, com a
163 entrada em vigor do decreto. Carminha, passa a palavra ao coordenador da Câmara
164 Técnica de Financiamento, Controle e Avaliação, Jader Campomizzi, que informa
165 sobre os estudos das contas do Hospital Municipal Odilon Behrens, realizados pela
166 Câmara Técnica que, segundo diz, aprova as referidas contas com uma ressalva, a de
167 que em 1996 o Hospital Odilon Behrens ficou em débito com o FGTS (Fundo de

168 Garantia por Tempo de Serviço) e o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social),
169 fato considerado grave pela Câmara Técnica de Financiamento, Controle e Avaliação,
170 que só aprovou as contas por ter sido comprovado que o HOB está em negociações para
171 saldar estes débitos. Afirma que a Câmara Técnica, recomenda que sejam aprovadas as
172 contas mas que seja mantido permanente acompanhamento do pagamento das dívidas
173 citadas. Informa que foi acertada a prestação de contas bimestral do HOB à Secretaria
174 que deverá ser monitorada pelo Conselho. Acrescenta que o HOB tem outras fontes de
175 financiamento que não passam pelo Fundo Municipal de Saúde e solicita ao Maurício
176 Albino, que na elaboração do orçamento sejam passadas ao Conselho as informações
177 sobre os recursos oriundos de todas as fontes. Maurício, esclarece que o HOB é uma
178 autarquia que tem total autonomia e somente o próprio Conselho Municipal de Saúde
179 tem competência para solicitar as informações a que o Jader se referiu. A Secretaria só
180 tem acesso às informações dos recursos repassados ao Hospital via Fundo Municipal de
181 Saúde. Cita exemplo de recursos repassados pela Câmara de Vereadores ao HOB e que
182 não passam pela Secretaria. Jader, volta à questão da proposta de orçamento/97 que no
183 caso do HOB não inclui os recursos de outras fontes. Carminha, interrompe para
184 informar que a chefe de gabinete da Secretaria, Maria José Antunes, acaba de
185 encaminhar à mesa solicitação de que seja pautada na reunião do Conselho Municipal
186 de Saúde do dia 10/04, a discussão do REFORSUS II. Coloca que será pautado desde
187 que o projeto seja encaminhado com antecedência para que todos os conselheiros
188 tenham conhecimento. Aberta a palavra ao plenário para o debate, o conselheiro Jader,
189 fala que na tabela apresentada na página 9 do relatório financeiro que contém gastos da
190 Prefeitura de Belo Horizonte com a Saúde e relatórios da receita e despesa com o
191 programa saúde no exercício 95/96, há diferença de percentuais. Diz que este relatório
192 vem atender ao disposto no decreto aprovado no Conselho que determina que o gasto
193 com saúde em 95/96 não pode ser menos de 10% e a partir de 1997 esses 10% sejam
194 repassados todo mês. Coloca que considerou estranho que a metodologia utilizada tenha
195 sido somar o total das porcentagem e divisão desse total por 24 chegando a um
196 percentual de 10,26%. Diz que, no seu raciocínio, deveria ser considerada a soma total
197 da receita e da despesa e verificar a porcentagem que dá. Acrescenta que ao fazer a
198 conta dessa forma chegou a um gasto de 9.42%, que significa menos do que foi
199 estipulado no decreto. Em dinheiro esse valor seria R\$ 5.880.556,16. Explica a
200 metodologia por ele utilizada e coloca que se esta for a forma correta existe um PRÓ-
201 SUS de dívida da prefeitura com a Secretaria Municipal de Saúde. Fala que na página
202 07 do relatório, a própria Secretaria apresenta resultado diferente, concluindo que a
203 metodologia utilizada nas duas tabelas foi a mesma. Defende que todos os gastos da
204 Prefeitura com saúde passem pelo fundo e questiona o fato de, segundo ele, ter sido
205 feito um convênio com o ANAV sem aprovação do Conselho. Questiona também o fato
206 de milhões de reais serem repassados à FHEMIG sem que a Secretaria tenha o Controle
207 e Avaliação dos serviços prestados por aquela instituição. Por fim, questiona o fato de
208 no relatório constar que 60% de medicamentos foram gastos nas unidades e 40%
209 repassados à população. Pede esclarecimentos sobre estes dados. O senhor Geraldo

210 Magno, faz referência à Resolução Nº 011 do Conselho e às dificuldades que ainda são
211 enfrentadas para compreender os relatórios financeiros. Diz que, na sua opinião, o
212 Conselho não está entendendo o que está sendo apresentado. Afirma ter muitas dúvidas
213 e acha que alguma coisa está errada. Carminha, fala que suas dúvidas são muitas e
214 concorda com o Geraldo Magno, acrescentando que sem informação não existe poder e,
215 no seu entendimento, de nada adianta o Conselho ser deliberativo se não tem as
216 necessárias informações para deliberar. Questiona a afirmação feita pelo Maurício
217 Albino de que o orçamento é uma ficção e pergunta como é possível apresentar
218 propostas como o PRÓ-SUS, por exemplo, sabendo que pode não acontecer, sabendo
219 que a proposta é uma ficção. Diz, não se sentir capacitada a analisar os números
220 apresentados, mas que consegue perceber que o Conselho jamais poderá apresentar o
221 relatório financeiro sem o relatório de gestão. Cita o exemplo do CERSAT /Centro-Sul
222 que estava programado e não foi feito e o PRÓ-SUS que estava programado e não foi
223 pago. Questiona a função saúde e coloca que se a prefeitura gasta com saúde através de
224 contas isso não deve ser contabilizado já que os 10% devem vir para o Fundo Municipal
225 de Saúde. Declara-se decepcionada com a atitude do prefeito Célio de Castro, que se
226 comprometeu textualmente com a participação do Conselho na Comissão e agora
227 comunica que os membros do Conselho poderão ser convidados. Considera
228 desrespeitosa essa atitude e reafirma que o Conselho deve cobrar do prefeito o
229 compromisso assumido. Diz que será solicitado um curso para os conselheiros e vai se
230 inscrever porque não quer ficar sem entender. O senhor Evaristo Garcia, questiona R\$ 7
231 milhões para o Centro de Saúde do Taquaril, que diz ser um pardieiro. Na Lagoa, diz
232 que as obras estão paradas e o UAPU Venda Nova também, segundo diz, não foi
233 realizado. Cita o PRÓ-SUS e fala que está percebendo que a gestão semiplena de Belo
234 Horizonte está ameaçada. Considera absurdo o valor declarado de R\$ 180 mil para obra
235 realizada na Pampulha, onde afirma foram colocadas algumas telhas de amianto e
236 adquirido um lote cujo valor na região é de R\$ 22 mil. Fala que no Santa Amélia foram
237 gastos R\$ 68 mil para reformar a Clínica e segundo diz, a peça mais cara custou R\$
238 13,00. Cita R\$ 92 mil para aquisição de uma casa no Minas Caixa. Diz que os recursos
239 são federais e que as contas tem que ser apresentadas corretamente ou, do contrário, o
240 Conselho tem que pedir uma auditoria e solicitar providências a justiça para que haja
241 acompanhamento de um promotor. Respondendo às 1ª questões colocadas, Maurício,
242 esclarece que a metodologia utilizada no calculo referente ao somatório dos percentuais
243 de 95/96, foi introduzido pelo decreto. Acha possível haver erro de cálculo, que teriam
244 que ser refeitos, o que poderá ocorrer. Diz que a prefeitura não está impedida de efetuar
245 gastos com a função saúde em outras secretarias e considera difícil negociar que
246 recursos destas Secretarias venham para o fundo. Sobre os remédios, Dr. Helvécio,
247 esclarece que essa é uma classificação contábil não refletindo na prática o que ocorre, já
248 que aproximadamente 90% do medicamento comprado é distribuído à população. Sobre
249 o relatório de gestão, diz estar informado de que o mesmo já está pronto e nele estarão
250 detalhados todos os projetos aprovados no Conselho e outros. Presta alguns
251 esclarecimentos adiantando o que será detalhado no relatório. A Dr.ª Sônia Gesteira,

252 acha correta a crítica feita sobre a casa ocupada pela ANAV, mas, considera que se
253 justifica por ter se dado numa situação que exigia providências imediata já que a
254 entidade estava sob ameaça de despejo. Sobre a questão da FHEMIG, coloca que é uma
255 relação política complicada por ser uma instituição pública do Governo do Estado,
256 tendo havido avanços, mas considera que a atitude extrema de suspender o repasse de
257 recursos para implantar o controle e avaliação seria prejudicial à população e não é
258 aconselhável. Comenta as colocações do senhor Evaristo Garcia e admite que tem
259 problemas, cabendo ao Conselho cobrar explicações, mas não concorda que se compare
260 à situação de São Paulo. Maurício Albino, fala que também a administração está em
261 processo de aprendizagem e o aperfeiçoamento vai acontecendo aos poucos. A
262 conselheira Rosalina, antecipa que irá se abster na votação das contas e coloca que, no
263 seu entendimento, o máximo de transparência seria a administração dizer ao Conselho
264 que houve um artigo 5º do decreto 8763, aprovado pelo Conselho, que autorizou a
265 prefeitura a descontar do valor que repassaria ao fundo os valores gastos com a saúde
266 desde Janeiro/95, que excediam aos 10% dos recursos arrecadados. Afirma que os
267 conselheiros antes de buscarem conhecimento capaz de os fazer compreender os
268 números, têm que assumir a co-responsabilidade por ter, na sua opinião, autorizado a
269 prefeitura a lançar mão de recursos da saúde para outras finalidades. A conselheira
270 Cristina, fala que o governo tem que ter cuidado quando assume compromissos e depois
271 não cumpre. Questiona o fato de a Secretaria, segundo ela, não ter ainda discutido as
272 metas para o quadrimestre do PRÓ-SUS já estando no final do 3º mês. Propõe que o
273 Conselho chame a Secretaria para discutir a continuidade do PRÓ-SUS e faça também
274 uma discussão sobre o decreto. Questiona que ninguém ainda tenha respondido onde
275 está o dinheiro. O conselheiro Alcides, diz que a dúvida hoje é maior do que na reunião
276 anterior. Fala de alguns projetos dos que estavam relacionados como propostas de
277 utilização dos recursos financeiros apresentadas pela Secretaria e aprovadas no
278 Conselho. Cita o exemplo do Centro de Saúde Vera Cruz e Taquaril que, segundo
279 afirma, não têm mais condições de funcionar. Também questiona o fato de, na sua
280 opinião, não ter sido dada nenhuma explicação sobre o destino do dinheiro
281 comprometido com os projetos. Propõe que o Conselho pautem em uma reunião a
282 discussão das condições de atendimento do Centro de Saúde Vera Cruz e Taquaril.
283 Reitera a necessidade da apresentação do relatório de gestão, que considera fundamental
284 para os usuários avaliarem as contas. O conselheiro Eduardo, defende que não sejam
285 aprovadas as contas reafirmando a importância de ser apresentado o relatório de gestão.
286 Comenta o decreto 8763 e afirma que o mesmo não autoriza a administração a reduzir
287 em cerca de 4% o investimento do município na saúde. Coloca que a discussão
288 fundamental é política e critica a administração passada que, na sua opinião, optou por
289 priorizar asfalto em prejuízo da saúde. Discorda de que o Conselho seja responsável por
290 ter, segundo diz, a administração tirado dos recursos necessários à saúde para outras
291 finalidades. O conselheiro José Osvaldo, comenta o relatório de gestão, dizendo não
292 saber se nele consta os recursos gastos com cada projeto e, se não constar, sua proposta
293 é que o Conselho pautem essa discussão. Cita exemplo da informatização da rede,

294 colocando que deve ser informado quantos e quais unidades foram informatizadas e
295 qual o custo de cada uma. O conselheiro Geraldo Carvalho, fala que é membro da
296 CTFCA e diz que quanto mais analisa os relatórios mais difícil fica a compreensão do
297 conteúdo dos mesmos. Concorde que o Conselho é co-responsável pelos problemas
298 surgidos colocando que havia dinheiro em caixa para executar os projetos aprovados
299 pelo próprio Conselho e ao virem as autoridades propondo a autonomia do Fundo
300 Municipal de Saúde em troca de autorização para utilizar o dinheiro, o Conselho
301 aprovou. Propõe que seja rediscutido o decreto, votada a sua revogação e que o
302 Conselho exija que a Secretaria execute todos os projetos que foram aprovados. Fala
303 que o dinheiro da saúde só deve ser gasto com saúde e concorda que a questão é
304 política. O conselheiro Paulo César, levanta questão de ordem e coloca que não se
305 lembra de que o decreto previa a divisão de percentuais por 24 e, na sua opinião, teria
306 que ser comprovado que o decreto determina essa forma de cálculo capaz de alterar o
307 índice final. Maurício Albino, esclarece que a fórmula foi montada na Prefeitura e
308 possíveis erros de cálculo poderão ser corrigidos. Faz a leitura do parágrafo único, do
309 artigo 5º do decreto 8763, que estabelece a fórmula utilizada. Diz que outro aspecto que
310 terá de ser verificado é a comparação entre o relatório de receitas do Fundo e o relatório
311 de despesas do Tesouro, porque da forma como este foi montado ele não buscou
312 demonstrar a correlação de gastos, havendo despesas que estão no dois relatórios,
313 despesas que estão no relatório do Tesouro e não estão no do Fundo e receitas que estão
314 no relatório do Fundo e não estão no do Tesouro. Propõe que seja suspensa a votação
315 das contas até que sejam esclarecidas as dúvidas quanto a fórmula e o comparativo dos
316 dois relatórios, além do relatório de gestão. Informa sobre o encaminhamento das contas
317 ao Tribunal e defende que há tempo disponível para apresentação. O diretor
318 administrativo da Secretaria, Helvécio Magalhães, presta novos esclarecimentos sobre
319 os projetos e comenta o parecer da CPI feita na Câmara Municipal que, segundo
320 informa, foi considerado improcedente pelo Ministério Público e, na sua opinião, a CPI,
321 teve objetivos eleitorais. O conselheiro Jader, fala que não deve ser desviado o foco das
322 atenções para o decreto ou o PRÓ-SUS e o que está em questão são as contas da
323 Secretaria. Acha que, em outro momento, pode-se discutir o decreto, mas o fundamental
324 agora são as contas. Concorde que a fórmula utilizada nos relatórios é a prevista no
325 decreto, mas coloca que ele prevê no artigo 5º o cálculo de Janeiro/95 até Abril/96, o
326 que, na sua opinião, significa que há erro. Propõe que se adie a votação e o Conselho
327 encaminhe ao Tribunal de Contas ofício informando que as contas da saúde estão sob
328 suspeição. Propõe também que o Conselho aprove moção no sentido de que a Secretaria
329 Municipal de Saúde, tenha o Controle e Avaliação das unidades da FHEMIG, que
330 recebe R\$ 25 milhões em recursos do SUS. A chefe de gabinete da Secretaria, Maria
331 José Antunes, reafirma a proposta do Maurício sobre o adiamento da discussão e presta
332 esclarecimentos sobre o relatório de gestão. Informa sobre seminário que será realizado
333 com os técnicos da Secretaria quando se discutirá o plano municipal de saúde para
334 1997/2000, que será amplamente discutido posteriormente em todos os conselhos
335 distritais, vindo para avaliação e votação final no Conselho Municipal de Saúde.

BELO HORIZONTE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

336 Informa sobre a Comissão formada para analisar a situação de todos os prestadores
337 públicos e privados. Sobre a Comissão criada pelo prefeito, sugere que seja
338 encaminhado ofício ao prefeito solicitando a incorporação permanente de membros do
339 Conselho à Comissão. Carminha, faz a leitura das propostas apresentadas: 1 - Que não
340 seja votado o relatório financeiro, só sendo feita sua votação juntamente com o relatório
341 de gestão; 2 - aprovar moção no sentido de que a Secretaria tenha o controle e avaliação
342 das unidades da FHEMIG; 3 - Enviar Ofício ao Tribunal de Contas informando que as
343 contas da Secretaria Municipal de Saúde estão sendo analisadas e ainda não foram
344 aprovadas. Todas as propostas são aprovadas por consenso do plenário. Às 17:40 horas,
345 nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata
346 que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho e pela Secretária
347 Geral.

348

349

350 Belo Horizonte, 26 de março de 1997.

351

352 RFF/vld